

Saúde

A demora da burocracia tem levado muita gente a levar dólares escondidos para cuidar da saúde fora do país

Escolha: ser preso ou morrer de burocracia.

Pelos trâmites normais, a liberação de dólares para internação no exterior pode demorar até 60 dias.

O que uma pessoa precisa para submeter-se a um tratamento médico no exterior? Pela atual legislação ela pode levar até US\$ 100 mil, mas depois de cumprir uma complicada burocracia. Quando a doença não pode esperar, existe uma saída para essa situação, além de levar dólares escondidos? A prática parece confirmar que não. Em dois episódios recentes, foram detidos o empresário e advogado Edevaldo Alves da Cruz, proprietário da rádio Capital, e o empresário Dimas José da Silva, dono da Viação Andorinha. Ambos foram punidos por tentar sair do país com quantias acima do que a lei estipula. Eles alegaram que não podiam esperar pela burocracia. Está aberta a polêmica: esperar a burocracia ou se arriscar a ser preso?

"A ansiedade é grande e o desgaste emocional é terrível para os familiares. Só quem passou por isso conhece a dimensão do problema." É assim que Laerte de Arruda Corrêa, um pequeno empresário paulistano do ramo de importação de remédios, define o drama de quem precisa enviar um parente para o Exterior para tratamento médico. Devido a seu ramo de negócios, Laerte já acompanhou cerca de 15 desses casos, inclusive o do próprio irmão.

Teoricamente simples, o processo para sair ou enviar um parente para tratamento de saúde no Exterior começa a se complicar à medida que a pessoa vai se envolvendo com os trâmites burocráticos e se depara com as altas quantias em dólares necessárias para que isso seja feito. Não é fácil sair com dinheiro do Brasil, mesmo para tratamento de saúde. E pior: toda a transação tem de ser feita em dólar do mercado flutuante, o dólar turismo, que chega a ser 150% superior ao dólar oficial, o que encarece substancialmente o processo, quando não inviabiliza.

A resolução do Banco Central que regulamenta o envio de pacientes ao Exterior é a de nº 1.402, a mesma que dita regras para a saída de equipes desportivas ou de estudantes, complementada pela circular nº 1.440, de 10 de fevereiro deste ano.

Pelo capítulo IX dessa circular, basta que a pessoa interessada se dirija a uma instituição financeira credenciada junto ao Banco Central, como corretoras de valores ou bancos comerciais e requirite os dólares necessários para a viagem, desde que apresente uma série de documentos. É aí que a coisa se complica. Os documentos exigidos são: atestado assinado por um médico brasileiro recomendando a busca de auxílio no Exterior; nome do médico ou do hospital onde se realizará o tratamento; justificativa da necessidade de acompanhantes (até três) e especificação sobre eles; declaração da clínica do Exterior ou do médico brasileiro responsável informando a estimativa do custo e o tempo de duração do tratamento; assinatura de um termo de compromisso obrigando-se a apresentar em 90 dias os comprovantes de despesas e devolver os dólares que sobraram.

A pessoa pode solicitar até US\$ 100 mil. O pedido que não se enquadra nessas características, ou por falta de documentação, ou por ultrapassar o valor limite, têm de ser apresentados diretamente ao Banco Central. Ele terá de ser aprovado pelo departamento de câmbio do banco em Brasília, o que poderá levar até 10 dias, uma vez que lá se concentram todos os pedidos do Brasil.

O primeiro drama da família é arrumar toda essa documentação. "Às vezes esse processo todo leva 60 dias", diz Laerte. "Há casos em que a pessoa tem de pegar um avião e tentar fazer o contato pessoalmente. E muitas vezes o médico de lá quer ver o paciente 'in loco', o que complica ainda mais o processo."

Às vezes é difícil encontrar um médico no Brasil que recomende e autorize o tratamento. O empresário Fábio Gase passou por esse problema quando quis internar a sogra, Altemisa Carmem Salgado, que sofria de câncer nos ossos e na medula, para aplicação de Interleocina 2, no Memorial Hospital, em Nova York. O problema foi contornado com a ajuda de Laerte. Outra dificuldade que o empresário enfrentou foi o contato com o hospital no Exterior: "Só médicos renomados conseguem isso", comenta Laerte. "Depois disso, tem uma série de exames que eles pediram", completa o empresário Fábio. Todo o processo para internação de sua sogra levou cerca de 60 dias: "Nós quisemos fazer tudo certinho e, por isso, o caso demorou", lamenta Fábio. Mas nem sempre o hospital ou médico estrangeiro aceita a recomendação do profissional brasileiro. E muitas vezes é necessário ficar na fila aguardando uma vaga para internação.

Contornados todos esses problemas, a princípio seria só ir ao banco comercial ou corretora e solicitar os dólares, que teoricamente seriam liberados no mesmo dia. Mas não é isso que acontece. "O Banco Central quis diminuir o entrave burocrático elevando o limite para US\$ 100 mil e facilitando as operações pelo mercado flutuante. Mas em

Em Salvador, autoridades favorecem obras ilegais.

A denúncia veio do diretor regional do Sphan, que se demitiu em sinal de protesto.

Em protesto contra as pressões que vinha recebendo para ser conivente com uma obra que descaracteriza o centro histórico de Salvador — tombado como patrimônio da humanidade — o diretor da 5ª Diretoria Regional da Sphan/Pró-Memória, Eduardo Furtado de Simas, pediu demissão do cargo que ocupava há três anos. As pressões, segundo Simas, partiram diretamente do secretário da Sphan e presidente da Fundação, Augusto Carlos Silva Teles e, coincidentemente, ocorreram no momento em que está prestes a ser concluído o inquérito aberto na Polícia Federal contra os responsáveis pela obra ilegal, construída nos fundos da Gerson Joalheiros, a três quadras do Pelourinho.

As pressões para a Diretoria Regional revisar o parecer técnico e manter pelo menos uma parte da obra começaram no dia 6 de abril, quando Eduardo Simas teve uma conversa reservada com Silva Teles no Rio de Janeiro. Revoltado com o pedido do secretário, Simas voltou a Salvador e, no dia 10 de abril, mandou um telex a Silva Teles comunicando sua demissão, que foi aceita oficialmente no dia 27 de abril.

Eduardo Simas recusa-se a dar detalhes das conversas que manteve com Silva Teles, mas seus assessores acreditam que por trás de tudo estaria o advogado Humberto Gomes de Barros, registrado na OAB de Brasília e ligado politicamente ao ministro José Aparecido. Embora a Gerson Joalheiros negue que tenha contratado Gomes de Barros para defendê-la no caso, em dezembro do ano passado ele enviou uma carta a Silva Teles, anexada no processo que corre no Sphan, pedindo a reconsideração do parecer da Diretoria Regional.

A obra que motivou a saída de Eduardo Simas é um prédio de cinco andares, em concreto armado, construído nos fundos da casa em que funciona a Gerson Joalheiros, empresa instalada há 20 anos na rua do Carmo. A ampliação, que não é vista pela frente do prédio, altera a fachada posterior, e consequentemente, a paisagem da Cidade Alta que é avistada do porto de Salvador.

PATRIMÔNIO



A obra, destoando do casario.

"Você deixar o cargo porque não aceita nenhuma solução que não seja a demolição total da obra feita sem nossa autorização e em desacordo com o Decreto Lei 25, de 1987, que tomba a área", denuncia Simas. Segundo ele, permitir que o prédio — ou parte dele — permaneça, significará um grave precedente contra a preservação do centro histórico de Salvador e a completa desmoralização da Sphan.

A briga da Diretoria Regional da Sphan com os proprietários da Gerson Joalheiros começou em fevereiro do ano passado, quando os técnicos do Etef (Escritório Técnico de Licença e Fiscalização), descobriram e embargaram a obra irregular. Como os

proprietários negaram-se a aceitar a construção, o caso foi parar na Polícia Federal, onde respondem a inquérito com base no artigo 166 do código penal, que prevê pena de um mês a um ano de detenção acrescido de multa.

Para provar que houve má fé, os técnicos exibem um pedido de "pequenos reparos e pintura" no prédio, feito em novembro de 1987, e aprovado pelo Etef. "Eles aproveitaram nossa deficiência na área de fiscalização para burlar a lei", diz Paulo Modesto, responsável pela área jurídica da Sphan em Salvador. Eduardo Simas acrescenta ainda que casos como o da Gerson Joalheiros são comuns, porém nunca envolveram pressões do próprio Órgão que deveria contratá-los.

JUSTIÇA

A União retoma o apartamento. E quase mata a invasora.

Por causa do despejo, a invasora foi parar no pronto-socorro.

A advogada Azenate Ferreira Lima sentiu fortes dores no peito quando soube que seria expulsa do apartamento que invadiu há um mês. Uma ordem judicial garantiu a reintegração do imóvel ao patrimônio da União

no Plano Piloto, em Brasília. Ontem pela manhã, ao mesmo tempo em que dois oficiais de justiça executavam a liminar de reintegração de posse determinada pelo juiz Eustáquio Nunes, da 8ª vara da Justiça Federal, Azenate era atendida no pronto-socorro do coração no Hospital Santa Lúcia, apresentando 18,2 de pressão arterial.

Esta é a primeira vez que há uma prova de arrombamento nos imóveis funcionais em Brasília. A Superintendência de Construção e Administração Imobiliária (Sucai), órgão ligado à Secretaria de Planejamento (Seplan), tem 401 ações de reintegração de posse e rescisão na Justiça, tentando reaver seus imóveis, mas esse é o primeiro caso em que a reintegração pôde ser feita de forma

imediata. Houve denúncia e a prova de arrombamento foi conseguida através de perícia feita pela Polícia Federal.

Funcionária do Tribunal Superior Eleitoral onde ocupa o cargo de técnica judiciária, Azenate esperava há quatro anos por um apartamento funcional numa fila de 5.748 servidores. Há um mês, alegando estar sendo preterida na ordem de atendimento dos processos, Azenate invadiu um apartamento de três quartos, vago na superquadra 316 Sul e ali se instalou com o marido e seis filhos.

"Não poderia pagar um aluguel com o salário de NCz\$ 600,00 por mês", alegou. Denunciada por um dos vizinhos à Sucad, que, imediatamente, abriu um inquérito

na Polícia Federal, a advogada deve responder a três processos. Por arrombamento de imóvel, por invasão e por usurpação de energia já que ela instalou um fio para receber a energia comum do prédio, pois o apartamento invadido teve suas instalações elétricas desligadas desde que foi desocupado.

A Sucad controla a distribuição e manutenção dos 10.760 imóveis funcionais em Brasília. Depois que o órgão foi transferido para a Seplan, em fevereiro deste ano, foi sustada a distribuição dos apartamentos porque a nova administração decidiu fazer um diagnóstico e uma reavaliação da ocupação dos imóveis. Há várias denúncias de invasão, inclusive através da simples troca de chaves entre funcionários, há ainda 287 funcionários aposentados que continuam ocupando os imóveis porque, através de ofício, o governo federal determinou a suspensão da ação contra eles.

CIÊNCIA

Fusão a frio: a resposta dos cientistas.

Pons e Fleischmann repetiram a experiência da fusão nuclear a frio. E garantem que estão certos.

Martin Fleischmann e B. Stanley Pons, cientistas que no último dia 23 de março anunciaram a descoberta da fusão a frio, reafirmaram em Los Angeles, segunda-feira à noite, frente a outros dois mil colegas químicos, a importância e a precisão científica da experiência. Fleischmann e Pons rebateram as críticas de que trabalharam com medições erradas. Disseram que vêm repetindo a experiência e até já conseguiram um ganho bem maior de energia — um retorno de 50 vezes a energia empregada. Mas não convenceram muito. Químicos saíram do encontro dizendo ainda que não houve fusão de átomos a temperatura ambiente.

— Não há radiação gama — afirmou Nathan Lewis, do Instituto de Tecnologia da Califórnia. — Não há fusão.

Stan Luchhardt, do MIT, o respeitadíssimo Instituto Tecnológico de Massachusetts, também questionou a inexistência de



Os cientistas: provas.

raios gama na experiência.

Após o anúncio de Fleischmann e Pons, cientistas de todo o mundo repetiram a experiência — bastante simples — e vários não conseguiram a fusão. Os dois químicos da universidade de Utah dizem que, nesses casos, faltaram eletrodos de paládio suficientemente grandes para conseguir a

fusão dos átomos de hidrogênio da água pesada usada na experiência.

Com a fusão do hidrogênio, surgem átomos de hélio e deve haver também radiação. Fleischmann e Pons dizem ter registrado os dois. Seus críticos afirmam que houve medições desordenadas. A água pesada não teria sua temperatura aumentada nem gerado radiação — o que os dois químicos teriam medido seria a radiação do próprio laboratório da universidade de Utah.

— A evidência de raios gama é a parte menos satisfatória da experiência — admitiu Fleischmann. — Mas estamos fazendo uma nova e completa medição com técnicas melhoradas.

Essa nova investigação pretende rebater principalmente as críticas vindas na semana passada de uma reunião, realizada em Baltimore, dos integrantes da Associação Norte-Americana de Física.

alguns casos isso complicou as operações", critica Laerte. A principal dificuldade para conseguir o dinheiro necessário é o alto valor do dólar no mercado flutuante, criado para as viagens de turismo. "Saúde não tem preço e não tem data. É um absurdo a pessoa que tem de viajar para tratamento médico ter de usar o dólar do mercado flutuante", afirma. "Uma cirurgia onde seriam necessários os US\$ 100 mil dólares autorizados sairia por NCz\$ 153.000,00 no câmbio oficial. No mercado flutuante ela vai custar NCz\$ 288.000,00, o que dobra o valor da operação", contabiliza Laerte.

Outro problema, segundo ele, foi a transferência de toda operação para os bancos comerciais e corretoras: "Muitas vezes os funcionários desses bancos não estão preparados para prestar informações. E perdeu-se o caráter humanitário de quando o sistema era operado pelo Banco Central. Os funcionários deste banco tomavam o problema para si e procuravam resolver tudo sozinhos. As remessas para o exterior chegavam a ser feitas no mesmo dia."

Por meio dos bancos comerciais, essas remessas levam cerca de dois dias, quando feitas por computador, ou até dez dias quando as transferências são efetuadas por carta. Entre os diversos bancos consultados, como Itaú, Mercantil e Banco de Boston, os funcionários não souberam explicar todo o processo. Além disso, em alguns há a exigência que a pessoa seja cliente do banco, sob a alegação de que isso faz parte das normas do Banco Central, o que não consta de nenhuma circular ou resolução desse banco. Segundo os funcionários do BC, a pessoa que está com a documentação em ordem e possui o montante necessário em cruzados deve dirigir-se a qualquer agência bancária e adquirir imediatamente os dólares.

Por tudo isso — entraves burocráticos, falta de informações dos bancos comerciais e o valor do dólar turismo — muitas pessoas recorrem ao mercado paralelo ou mesmo preferem se arriscar a ser detectadas com os dólares à mais pela máquina de raio X da Polícia Federal nos aeroportos e ser enquadradas na Lei nº 7.492, de 1986 — a chamada lei do "colarinho branco". O crime, na verdade, "Crime contra o Sistema Financeiro", pode acarretar pena de dois a seis anos de reclusão, além da apreensão definitiva do dinheiro, que fica com o Banco Central.

"Quando o médico de meu filho me telefona, dizendo que há a necessidade de uma cirurgia e que ele tem uma vaga para operá-lo em um dia do começo da semana, eu não posso esperar. Levanto o dinheiro no mercado paralelo e viajo com o meu filho para os Estados Unidos. Viajo como turista e lá específico na alfândega o objetivo da minha viagem", diz um profissional liberal paulistano, pai de um garoto com graves problemas de visão que anualmente vai aos Estados Unidos para ser operado.

Mas, para diminuir os problemas das pessoas que precisam viajar para tratamento médico, ele sugere que seja criado o dólar-saúde: "Qualquer tratamento no exterior é muito caro, mesmo que a família possua dinheiro".

Foi em função da criação do dólar-saúde que alguns parlamentares, liderados pela deputada federal Cristina Tavares (PSDB-PE), que precisa fazer pelo menos duas viagens por ano aos Estados Unidos para tratamento de saúde, mantiveram uma audiência com o presidente José Sarney na quinta-feira passada. O dólar-saúde teria a mesma cotação do câmbio oficial. O presidente enviou a matéria para estudo para o Ministério da Fazenda, mas até agora não houve nenhum pronunciamento a respeito.

Paulo Pinheiro

AINDA ESTE ANO, TESTES DE MAIS UMA VACINA ANTI-AIDS.

A empresa norte-americana Microgeneseis planeja testar em seres humanos, este ano, uma vacina contra Aids que utiliza cópias da proteína encontrada dentro do vírus da doença. Essa empresa já desenvolveu uma outra vacina contra Aids e a testou em cobaias humanas, concluindo que ela é segura e eficaz. Posteriormente, as duas vacinas serão usadas em conjunto. Uma terceira vacina contra Aids (já aprovada em seres humanos) foi desenvolvida pela Bristol-Meyers. E uma quarta vacina começou a ser testada sábado, usando voluntários, em Londres.